

COLETIVOS DE MUSICOTERAPEUTAS: TENSIONAMENTOS E POSSIBILIDADES EM UMA “MUSICOTERAPIA A CÉU ABERTO”

*MUSIC THERAPIST COLLECTIVES: TENSIONS AND
POSSIBILITIES IN AN “OPEN SKY MUSIC THERAPY”*

*COLECTIVOS DE MUSICOTERAPEUTAS: TENSIÓN Y
POSIBILIDADES EN UNA “MUSICOTERAPIA AL AIRE LIBRE”*

Laís Dametto Pinguello e Andressa Dias Arndt

Universidade Estadual do Paraná, Curitiba/PR, Brasil

Resumo: Na musicoterapia social e comunitária, vem ocorrendo, por uma parcela dos(as) profissionais, um afastamento do lugar convencional de prática. Isso leva esses(as) profissionais a atuarem com distintas parcelas da população, criando diferentes caminhos teóricos e práticos. Este artigo, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, propõe identificar as possibilidades de coletivos de musicoterapeutas que atuam na perspectiva social e comunitária no Brasil, apresentando-os com suas atuações e contribuições na construção da profissão ao levar a Musicoterapia a outros espaços. As informações analisadas derivaram de entrevistas semiestruturadas com musicoterapeutas que atuaram em coletivos de musicoterapeutas no país. Neste artigo exploramos as experiências dentro dos coletivos, bem como os efeitos e desdobramentos vivenciados. Constatamos que os coletivos de musicoterapeutas, a partir do dissenso e das relações horizontalizadas, representam uma configuração de prática potente que pode contribuir no alargamento das formas de se pensar e fazer Musicoterapia no Brasil.

Palavras-chave: musicoterapia, musicoterapia social e comunitária, coletivo, musicoterapeuta.

Abstract: In social and community music therapy, a portion of professionals has been moving away from conventional practice settings. This shift leads these professionals to engage with diverse segments of the population, creating different theoretical and practical pathways. This qualitative and exploratory article aims to identify the possibilities of collectives of music therapists who work from a social and community perspective in Brazil, presenting their actions and contributions to the profession by extending music therapy to alternative spaces. The information analysed is derived from semi-structured interviews with music therapists working in collectives across the country. Within this article, we explore the experiences within these collectives, as well as the effects and outcomes observed. We found that music therapy collectives, characterized by dissent and horizontal relationships, represent a potent practice configuration that can contribute to broadening the ways of thinking about and practicing music therapy in Brazil.

Keywords: music therapy, social and community music therapy, collective, music therapist.

Resumen: En la musicoterapia social y comunitaria, algunos profesionales están alejándose de los entornos de práctica convencionales, lo que los lleva a trabajar con diversos segmentos de la población y a crear diferentes enfoques teóricos y prácticos. Este artículo, de naturaleza cualitativa y exploratoria, tiene como objetivo identificar las posibilidades de colectivos de musicoterapeutas que trabajan desde una perspectiva social y comunitaria en Brasil, presentando sus acciones y contribuciones a la profesión al llevar la musicoterapia a espacios alternativos. La información analizada se deriva de entrevistas semiestruturadas con musicoterapeutas que trabajan en colectivos en todo el país. En este artículo se exploran las experiencias dentro de estos colectivos, así como los efectos y resultados observados. Se encontró que los colectivos de musicoterapeutas, caracterizados por el dissenso y las relaciones horizontales, representan una configuración de práctica que puede contribuir a ampliar las formas de pensar y practicar la musicoterapia en Brasil.

Palabras clave: musicoterapia, musicoterapia social y comunitária, colectivo, musicoterapeuta.

1. Introdução

A Musicoterapia teve, em seu princípio, o modelo biomédico como forma de atuação, centrando-se no conceito de saúde/doença e na individualidade, advindo do pouco material disponível até fins dos anos de 1990 (Arndt, Cunha, & Volpi, 2016; Arndt, & Maheirie, 2019). Nesse sentido, consolidou-se uma prática guiada por atendimentos individuais e ênfase na patologia, a qual, segundo Mercédès Pavlicevic e Gary Ansdell (2004), ignora de um modo geral territórios socioculturais.

A partir de contribuições de campos de saber de perspectivas sociais, políticas e comunitárias (Chagas, & Pedro, 2009; Cunha, 2016; Lane, & Codo, 1985; Leining, 1977), as maneiras de ver e pensar o ser humano, bem como a prática musicoterápica, começaram a ser questionadas, inaugurando novas perspectivas de atuação em que o ser humano é visto como um ser integral – inserido num contexto sócio-histórico, político-cultural, do qual é resultado e agente (Arndt et al., 2016; Cunha, 2016). Além disso, a Musicoterapia passou a não estar restrita a hospitais e clínicas, abrindo possibilidades para atuar com comunidades e coletivos.

Esse movimento persiste até hoje, com a criação e fortalecimento de relações, permeado por outras formas de ver, agir e pensar a Musicoterapia. Conforme apontam Andressa Arndt e Kátia Maheirie (2021), na Musicoterapia social e comunitária vem ocorrendo

um afastamento do lugar convencional de prática por uma parcela dos profissionais e uma desidentificação com a definição convencional de ser musicoterapeuta, em que “musicoterapeutas têm atuado em diversos espaços, com distintas parcelas da população, e criado diferentes caminhos para os múltiplos objetivos construídos” (Arndt, & Maheirie, 2021, p. 2).

Nesse âmbito, surgem coletivos de musicoterapeutas como meio de praticar de forma compartilhada, a partir de diversos olhares e trocas de experiências. À vista disso, este estudo teve como objetivo identificar as contribuições dos coletivos de musicoterapeutas que atuam na perspectiva social e comunitária no Brasil, compreender o trabalho desenvolvido por eles e entender o papel que ocupam na construção da profissão no país. Para alcançar esse propósito, analisamos entrevistas realizadas com musicoterapeutas integrantes de coletivos que atuam (ou atuaram) nessa perspectiva.

A partir das falas das pessoas entrevistadas, articulamos os mais recorrentes, estabelecendo conexões com conceitos que atravessam as relações entre os sujeitos e reverberam na forma de se pensar e fazer a Musicoterapia. Com isso, buscamos dar visibilidade às experiências desenvolvidas pelos coletivos e à própria configuração coletiva como potência de atuação, contribuindo para o alargamento da Musicoterapia como profissão e disciplina. Além disso, propomos reflexões sobre o lugar que ocupamos ao atuar junto às pessoas e aos territórios.

2. Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com o objetivo de compreender, por meio de entrevistas, a atuação dos coletivos de musicoterapeutas na perspectiva social e comunitária. Utilizamos como método entrevistas semiestruturadas, caracteriza-

das por permitirem ao(à) pesquisador(a) obter dados mais profundos e minuciosos. O foco esteve na perspectiva singular de cada participante, seguindo um roteiro previamente elaborado, mas com abertura para um fluxo espontâneo de diálogo (Leitão, 2021).

A seleção dos(as) participantes foi orientada por critérios relacionados à atuação profissional, contemplando musicoterapeutas com graduação e/ou pós-graduação em Musicoterapia que atuem ou tenham atuado em coletivos com perspectiva política, social e/ou comunitária no Brasil. Foram excluídos(as) musicoterapeutas que participam ou participaram exclusivamente de coletivos multidisciplinares, ou seja, que não são compostos apenas por profissionais da Musicoterapia. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Paraná sob o nº 6.223.823 e todos(as) os(as) participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Som de Voz.

O acesso aos participantes se deu por meio da técnica de amostragem Snowball, ou “bola de neve”, baseada em redes de indicação, na qual uma pessoa nomeia outra que possa participar da pesquisa (Vinuto, 2014). Além disso, realizamos uma busca ativa por meio de redes sociais. As entrevistas foram viabilizadas via convite por essas e por aplicativos de mensagens.

As entrevistas foram conduzidas individualmente pelas pesquisadoras, de forma virtual, por meio da plataforma Google Meet, com registros em áudio. Utilizamos um roteiro norteador, contendo questões sobre a trajetória do(a) entrevistado(a) na Musicoterapia e no coletivo do qual ele(a) participa ou participou – o que motivou a formação do coletivo, como ocorre ou ocorria a atuação, onde atuam ou atuavam, com quais públicos e quais as potencialidades e os impasses de trabalhar coletivamente. Também foram abordadas questões sobre a relação entre a atuação dos coletivos e a construção da profissão de musicoterapeuta no Brasil. A escolha pela abordagem individual visou simplificar o agendamento das entrevistas, considerando a dificuldade de conciliar agendas, mesmo entre poucas pessoas.

Foram entrevistados(as) cinco musicoterapeutas: quatro da cidade de São Paulo e um(a) da cidade de Porto Alegre dos coletivos ReconstruSom, Musicoteraprets, ElaSom e ColetivoMT. Para preservar suas identidades, os(as) participantes receberam nomes fictícios: Cris, Joana, Jaci, Sofia e Patrícia. Ressalta-se que, embora existam outros coletivos de musicoterapeutas no país, o alcance desta pesquisa ficou limitado aos coletivos citados, em razão da técnica de recrutamento utilizada.

Segundo um(a) dos(as) entrevistados(as), o coletivo ReconstruSom foi criado em por sete musicoterapeutas com o objetivo de atender crianças e outras pessoas de uma ocupação por moradia, após um incêndio na cidade de São Paulo. Atualmente, o grupo participa de ações pontuais, quando convidado, embora nem todos(as) os(as) integrantes originais estejam envolvidos(as).

O ColetivoMT, também fundado em 2015, surgiu da iniciativa de quatro musicoterapeutas interessados(as) em oferecer atendimentos a mulheres em situação de vulnerabilidade e de violência doméstica no extremo sul de São Paulo. Permaneceu ativo por cerca de quatro anos e meio. O coletivo ElaSom nasceu no mesmo ano, idealizado por estudantes no último ano da graduação em Musicoterapia, e atuou até meados de 2017. Seu foco foi o atendimento a mulheres no território do Bixiga, em São Paulo, abordando questões de gênero e de violência contra a mulher.

Por fim, o Musicoteraprets teve início em 2020, a partir de uma conversa no canal de Youtube TV UBAM, reunindo musicoterapeutas pretos e pretas do Brasil, para discutir suas experiências profissionais e questões de representatividade. Os encontros, realizados de forma

on-line, visavam a troca de informações e o desenvolvimento de pesquisas. Por se tratar de um coletivo voltado ao campo intelectual e de debates – e não diretamente à prática clínica ou comunitária –, ele não foi incluído no foco central da análise, mas sua menção se justifica por apresentar outra configuração possível de coletivo em Musicoterapia.

Após realizadas, as entrevistas foram transcritas com o auxílio do software Transkriptor e submetidas a um processo de análise inspirado na Análise Temática proposta por Virginia Braun e Victoria Clarke (2006), com o objetivo de identificar, analisar e relatar padrões presentes no conteúdo das entrevistas. Seguindo os seis passos propostos, foram realizadas as seguintes etapas:

1. Familiarização com as informações: leitura ativa das informações construídas.
2. Geração de códigos iniciais: identificação de conteúdos latentes ou semânticos, agrupados em categorias.
3. Busca de tema: agrupamento e classificação dos códigos em temas, analisando-os e considerando como se relacionam entre si de forma a criar um tema abrangente.
4. Revisão dos temas: leitura dos extratos reunidos para cada tema, garantindo coerência e padrão interna e codificação de informações adicionais não notadas anteriormente.
5. Definição e nomeação dos temas: identificação da essência de cada tema e do aspecto capturado nas falas.
6. Produção de relatório: descrição analítica de informações e construção do argumento na relação com o objetivo da pesquisa.

A partir da análise, optou-se por discorrer sobre a categoria Coletivo, que se desdobrou nos seguintes temas: (a) Musicoterapia social e comunitária, (b) o encontro entre o eu e o Nós: o coletivo a partir das experiências, e (c) efeitos e desdobramentos do coletivo no eu, na comunidade e na Musicoterapia.

3. Musicoterapia Social e Comunitária

A Musicoterapia social e comunitária caracteriza-se por práticas baseadas no cuidado, acolhimento e atendimento da coletividade, vinculadas às relações sociais e culturais que constituem o ser humano como sujeito. Nessa perspectiva, a experiência musical atua como mediadora no fortalecimento de estratégias de ação, resistência e sobrevivência diante das condições do cotidiano. Além disso, ao direcionar-se para as necessidades sociológicas e culturais, busca desenvolver capacidades, independência e autonomia, potencializando e ampliando as relações, a fim de criar meios para o acesso, promoção e garantia dos Direitos Humanos (Arndt, & Maheirie, 2020; Cunha, 2016).

Por meio do trabalho com comunidades e coletivos, a Musicoterapia social e comunitária promove uma quebra do constituído, lançando oportunidades de identificação e sentimento de pertencimento, de expansão das possibilidades de ser e agir, nas quais ocorre a invenção constante de si sem reduzir a existência do outro, em uma sensibilização política que passa a ser mediada e integrada pelo fazer musical.

Esse fazer musical emerge das vivências das pessoas que estão ali presentes e do ambiente sonoro que as circunda, possibilitando incorporar na Musicoterapia os sons do martelo, do serrote, das canções cotidianas, da transformação de conduíte e pedra em instrumentos, conforme

relatou Jaci (entrevista realizada em 30/8/23), ao abordar sua atuação junto às crianças em uma comunidade.

Nesse contexto, há uma busca pela relação horizontal entre musicoterapeuta e pessoas do território. As possibilidades de se fazer e pensar Musicoterapia são ampliadas e o trabalho, então, passa a ser realizado a partir do princípio de igualdade, como propõe Arndt e Maheirie (2021, p. 7). Com base nessa métrica, todos são considerados sujeitos de direito, portadores de palavra e com capacidade de ampliar as oportunidades de agir, de transformar e ressignificar seu cotidiano, percorrendo novos possíveis, ocupando lugares antes não pertencentes.

Apesar do desenvolvimento crescente dessa perspectiva desde meados dos anos 2000, quando as formas ampliadas de pensar a existência humana ressoaram sobre a ação musicoterápica (Arndt et al., 2016; Cunha, 2016), nas palavras de Joana, a Musicoterapia social e comunitária ainda ocupa um espaço reduzido na formação, na produção acadêmica e nos eventos da área:

Quando a gente vai vendo quais são os movimentos que mobilizam mais pessoas, tanto movimentos de formação em Musicoterapia, divulgação de cursos, tanto movimentos de publicação, o quanto sai de publicação em Musicoterapia... você vai ver que existe ali em quantidade menor as medições, as referências e as participações relacionadas à Musicoterapia social e comunitária (Joana, entrevista realizada em 28/9/23).

Essa percepção também é compartilhada por Sofia, ao destacar que a ausência de debate e divulgação da Musicoterapia social e comunitária se origina ainda na formação universitária:

Não é algo que eu vi na faculdade e me interessei. A gente tem essa grade? Tem. A gente fala sobre Musicoterapia comunitária e social. Mas não é uma coisa embasada. É muito mais focada em clínica. Então eu acredito que é preciso dar mais enfoque, sabe? (Sofia, entrevista realizada em 19/9/23).

Apesar das ausências, Joana ressalta a potência transformadora dessa perspectiva ao afirmar que a Musicoterapia “poderia contribuir no que se refere a trabalhos coletivos, no que se refere a apoiar os territórios, a desenvolver trabalhos de rede, a fomentar o contato com a arte, com a expressão” (Joana, entrevista realizada em 28/9/23).

A Musicoterapia social e comunitária põe em questão discussões políticas e sociais, tensionando o modelo consolidado, gerando uma desidentificação com a forma convencional de ser musicoterapeuta (Arndt, & Maheirie, 2021). É nesse contexto que emergem coletivos de musicoterapeutas, a partir de inquietações e da vontade de ver a Musicoterapia social e comunitária na prática. Sofia sintetiza esse movimento: “a gente se envolveu com a causa social e queria fazer o trabalho, porque a Musicoterapia social não é muito executada aqui” (Sofia, entrevista realizada em 19/9/23). Joana também reforça essa origem ao dizer que o coletivo se formou a partir do que ela define como uma angústia e uma lacuna que a formação tinha: “fui sentindo muita falta de discussões sobre essas questões políticas e sociais na minha formação e de conteúdos que me apontassem como prática também nesse lugar”. Essa ausência culminou na criação do coletivo, que ela descreve como um “laboratório no sentido de experienciar um campo de atuação” (Joana, entrevista realizada em 28/9/23) que não foi possível vivenciar durante a graduação.

Mais do que suprir lacunas, os coletivos (ao atuarem sob a perspectiva social e comunitária) questionam diretamente a prática tradicional da Musicoterapia. Com isso, segundo Joana, os co-

letivos oportunizam acesso à Musicoterapia e fomentam debates em territórios não alcançados, ampliando os fazeres musicoterápicos por meio de múltiplas experiências.

4. O Encontro entre o Eu e o Nós: o Coletivo a Partir das Experiências

O coletivo pode ser entendido como a união de sujeitos singulares que constroem vivências a partir da relação em que ocorre o encontro entre o eu e o Nós, que pode ser entendido como maneiras e formas de ser juntos(as) (Maheirie, 2018). Tal configuração se baseia na reciprocidade, na tomada de decisões conjuntas, no compartilhamento da vida e de experiências. Os corpos em interação dentro do coletivo afetam e são afetados, sendo capazes de trazer outros possíveis e tensionar o estabelecido. O coletivo pode abrir espaço para outras maneiras e formas de agir, lançando-se como locus da afecção transformadora mediada pelas relações e as atuações compartilhadas (Maheirie, 2018).

Bader Sawaia (2000), a partir da ótica espinosana (Spinoza, 1663/2013), argumenta que as afecções são efeitos instantâneos produzidos nas pessoas pelos encontros com outros corpos. Tais encontros envolvem transições vividas do estado precedente ao atual, podendo ser classificados como bons (que ampliam a potência de existir), ruins (que a reduzem) ou indiferentes (sem impacto perceptível). O afeto é, assim, marcado pela duração que as transições são vividas, variando em tempo e intensidade (Sawaia, 2000). Nesse sentido, além de espaço de troca de vivências, o coletivo é espaço de encontros, sendo capaz de ampliar ou reduzir a potência de existir de cada pessoa que o compõe e que é influenciada por ele.

O coletivo nos dá notícias de um fluir de experiências vividas e partilhadas entre o eu e o outro, promovendo um Nós (Maheirie, 2018) capaz de subsidiar o que Sawaia (2012) descreve como formas coletivas de luta pela libertação de cada um(a) e pela afirmação da igualdade, que, partindo de uma inspiração rancieriana (Rancière, 2014), é compreendida como princípio.

Essa perspectiva fica evidente nas falas das pessoas entrevistadas. Para Cris, por exemplo, a vivência coletiva proporciona “essa troca de experiências, essa troca de vivências, de olhares, de pontos de vista, de referências que a vivência do coletivo traz” (Cris, entrevista realizada em 28/8/23). O coletivo, ao adotar a igualdade como princípio, não nega a singularidade de cada um(a); ao contrário, as pessoas participantes agem em comum acordo, mas não abdicam de seu direito de pensar e julgar, de dar sua opinião e trazer sua marca pessoal ao grupo, uma vez que é a partir das diferenças que o coletivo possibilita as trocas mencionadas por Cris e, com isso, assinalam a igualdade na condição de humanidade (Rancière, 2014).

Entendemos, portanto, o conceito de experiência como um tipo de vivência que nos atravessa e amplia o campo de possibilidades, provocando uma reflexão em torno do que podemos nos tornar a partir da problematização sobre nosso lugar no mundo, sobre aquilo que nos afeta e sobre as afecções que provocamos. A experiência possibilita

um modo de relação com o outro e com as coisas que suspende a pressa... que expõe a temporalidade e espacialidade do entre, daquilo que está no meio, entre os corpos e que só encontra passagem quando abdicamos das certezas, dos discursos prontos e genéricos (Groff, 2015).

É na experiência do encontro entre corpos que se dá o reconhecimento do que podemos vir a ser, formando e transformando os sujeitos no fazer-sentir-pensar, a partir daquilo que nos passa e nos afeta (Groff, 2015).

O coletivo também provoca e desafia. Ele convida à abertura para diferentes olhares, novas perspectivas. Saber trabalhar com o(a) outro(a), levando a enxergar as potencialidades dos(as) outros(as) e de si mesmo, em uma construção conjunta de fazeres e pensares. Sawaia (2012) defende que, dentro do coletivo, todos os membros devem ter legitimidade para se fazer ouvir e argumentar, oportunizando, assim, a participação de forma igualitária. Em outras palavras, é o diálogo e a escuta de cada membro que permite que o coletivo exista, assim como ressalta Cris: “A gente sempre buscava conversar, sempre buscava entender qual era o ponto de vista do outro” (Cris, entrevista realizada em 28/8/23).

Assim, é preciso incentivar e praticar o exercício da comunicação livre dentro do coletivo, para que todos(as) participem com igual oportunidade e competência argumentativa, a fim de que as ações se façam equitativas na concretude do cotidiano coletivo, por meio de fazeres compartilhados (Sawaia, 2012).

As ações horizontalizadas dentro do coletivo reverberam na relação com as pessoas atendidas nas comunidades. Jaci afirma que o coletivo queria “através da Musicoterapia, dar voz àquela comunidade, que precisava de um olhar diferente” (Jaci, entrevista realizada em 30/8/23). O coletivo não apenas procurou facilitar a expressão, mas também incentivou o protagonismo de cada pessoa participante, convidando-as a serem “coautoras do que está acontecendo” (Jaci, entrevista realizada em 30/8/23), participando ativamente na construção da sonoridade do grupo.

A Musicoterapia social e comunitária procura essas vozes e essa coautoria em suas atuações, contudo é necessário dar atenção especial a essas falas. Ao propor “dar voz” àquela comunidade, corremos o risco de reproduzir o princípio do embrutecimento (Rancière, 2011), colocando essas pessoas em uma posição de subalternidade, como sujeitos que precisam de algo ou alguém para terem voz.

Essa lógica, segundo Rancière (2010), alimenta relações que precisam subalternizar uma das partes para se afirmar e, com isso, interdita o desenvolvimento do pensar de forma autônoma, do construir seu próprio conhecer, do poder falar e ser ouvido(a). O contexto em que vivemos, marcado pela desigualdade, muitas vezes nos leva a reproduzir inconscientemente esses padrões e comportamentos hierárquicos.

Em contrapartida, ao buscar a “coautoria” das pessoas da comunidade, almeja-se a emancipação dos sujeitos, a autonomia de cada um(a) e o reconhecimento de suas potencialidades e vozes como agentes transformadores. Desse modo, marcamos que as pessoas participantes são possuidoras de voz, sendo, portanto, seres falantes e portadores de palavra (Rancière, 2010b). Cabe aos musicoterapeutas criarem espaços de escuta para essas vozes que, historicamente, são emudecidas (Arndt, & Maheirie, 2021).

Para Maheirie (2018), a partir do Nós, o coletivo atua no campo político junto aos sujeitos que vivenciam experiências de tensionamentos do sensível, envolvendo o afeto, o cuidado, a parceria e a solidariedade, de forma que horizontes de possibilidades tornem-se viáveis. Nas falas das pessoas entrevistadas, percebe-se a presença desse cuidado e do vínculo entre o coletivo de musicoterapeutas e as pessoas das comunidades, assim como entre cada parte constituinte do coletivo: “o coletivo sempre fortalece, né? O coletivo nos dá essa sensação de pertencimento de que a gente também não tá trabalhando e atuando sozinhos” (Patrícia, entrevista realizada em

30/9/23), além de criar uma base de sustentação que oferece suporte emocional e simbólico às ações compartilhadas, dado que:

a partir da parceria, a gente consegue ter pontos de vista diferentes, a gente consegue ter esse suporte, esse apoio na execução... tanto na questão de dar algum conselho, alguma orientação... motivar quando de repente nosso ânimo mesmo, nossa própria motivação em prol daquele trabalho oscila (Cris, entrevista realizada em 28/8/23).

Essas declarações evidenciam que o coletivo não apenas se empenha em prol de um objetivo em comum, mas também que as pessoas envolvidas estão apoiando umas às outras, cultivando um senso de pertencimento, união e acolhimento mútuo.

Além disso, o relato de Cris revela que o dissenso é também uma parte constituinte e importante do coletivo. O dissenso, segundo Rancière (1996), pode ser compreendido como a abertura de espaço para situações de conflito ordenadas, criando arenas de discurso e argumentação (Rancière, 1996, 2010). Isso está alinhado com o que Sawaia (2012) sustenta sobre a legitimidade de se fazer ouvir, já mencionada.

O dissenso, ao desafiar pela oposição, também viabiliza intensificar a sensibilidade e a existência de cada um(a),

as práticas de coletivo, eu acho que também estimulam muito essa sensibilidade de você ser sempre convidado e, quando não, desafiado a ampliar o seu olhar. E isso pode trazer tanto coisas muito positivas como essa própria ampliação de olhar, essa própria questão sobre esse aumento no aprendizado, na potencialidade que você tem enquanto profissional (Cris, entrevista realizada em 28/8/23).

O dissenso possibilita isso: essa complexidade e sensibilidade caminhando juntas e entrelaçadas, que permitem ao(à) musicoterapeuta alargar suas leituras e seus fazeres. Nesse sentido, Joana discorre que “as críticas, as contraposições, elas são muito necessárias”. Os coletivos, segundo ela, “cavaram” e continuam “cavando” o espaço de atuação a partir de contraposições, “que são tão importantes para a gente avançar” e que “são nuances da caminhada da nossa classe, mas que se a gente olha, [é] bem significativa, é bem bonita até de a gente pensar” (Joana, entrevista realizada em 28/9/23).

Não obstante, a configuração de coletivo desafia e tensiona a lógica mercadológica. No mercado produtivista em que vivemos, segundo Cris, somos “cada vez mais estimulados, a gente é cada vez mais incentivado a ter essa jornada mais individualizada” (Cris, entrevista realizada em 28/8/23), até mesmo devido ao fato de ser “muito mais fácil, muito mais comum encontrar vagas em clínicas, em instituições” (Cris, entrevista realizada em 28/8/23) e o coletivo, vai no contrafluxo disso.

Ao escolher atuar como coletivo a partir das relações horizontalizadas, rompe-se com a ideia neoliberal, que pressiona o eu a agir sobre ele mesmo pela exigência constante de autovalorização (Franco et al., 2021). As pessoas passam a não ser motivadas puramente pelos seus interesses, mas pelo interesse do grupo, do bem comum e em prol do outro, buscando oferecer possibilidades àquelas pessoas que são invisibilizadas e silenciadas pela sociedade, e que estão sendo alcançadas pelo coletivo. Como menciona Sofia:

a gente sempre precisa trabalhar pra ganhar dinheiro; enfim, mas não deixar também o lado social, sabe? As pessoas que realmente estão necessitando e não têm condições, mas o que a gente pode fazer pra ajudar, pra atuar nisso (Sofia, entrevista realizada em 19/9/23).

Aqui, questionamos se é de uma ajuda que se trata, pois a Musicoterapia social e comunitária, ao atuar alinhada aos Direitos Humanos, não encara a prática necessariamente como ações de ajuda, mas sim como a criação de situações que possam reivindicar a garantia de um direito. Se compreendermos a prática musicoterápica como uma ajuda, corremos o risco de perpetuar uma lógica caritativa e assistencialista, que adota uma visão paternalista e embrutecedora, funcionando como prática profissional unidirecional.

A Musicoterapia social e comunitária, ao contrário, é construída com as pessoas da comunidade, em colaboração, a partir das potencialidades de cada um(a) e de ações horizontais. Com base nessa premissa, o(a) musicoterapeuta, ao atuar com populações em situação de vulnerabilidade, deve manter atenção constante para não reproduzir as violências:

É importante nós repensarmos a nossa prática e termos muito cuidado com o desenvolvimento pra gente não reproduzir as violências, principalmente porque, quando a gente vai pra esse campo da Musicoterapia social e comunitária, a gente vai lidar com a população que são violadas, que tem um tipo de direito violado e, se a gente não está consciente do nosso papel, a gente vai só reproduzir ainda mais violência, ou vai colocar essas pessoas ainda nesse lugar de subalternidade e de marginalização (Joana, entrevista realizada em 28/9/23).

Ao estar no coletivo, as pessoas integrantes têm a potência de instigar umas às outras para não reproduzirem tais comportamentos. No coletivo, a luta deixa de ser individual e a potência de vida é fortalecida ao estar com o outro, pois é a partir da união que a força para existir e agir politicamente aumenta (Sawaia, 2018).

A partir das entrevistas, nota-se que as ações coletivas são capazes de tensionar e romper o estabelecido, de produzir ficções e inventar mundos a partir da dialética relação entre o eu e o outro. Essa relação abre espaços para encontros que promovam os processos de identificação e o sentimento de pertencimento, de forma a potencializar as ações e reivindicar o eu pelo sentimento de um Nós, proporcionando formas outras de se pensar e atuar, expandindo os limites que a individualidade impõe e possibilitando uma grande troca de olhares e vivências com o outro, a resultar em um Nós (Maheirie, 2018; Arndt, & Maheirie, 2020).

5. Efeitos e Desdobramentos do Coletivo no Eu, na Comunidade e na Musicoterapia

A criação dos coletivos que foram entrevistados possibilitou aos/às integrantes novas formas de pensar a Musicoterapia e permitiu, por meio do trabalho inicial, que as práticas se desdobrassem para outros ambientes, outros projetos, com outras pessoas. Isso pode ser entendido, a partir de Spinoza (1663/2013), como o efeito da força potencializadora dos afetos. Quanto mais experimentamos a pluralidade das coisas que nos circundam, mais reconhecemos

como os encontros nos afetam, ficando marcas potencializadoras de ações em nossos corpos (Maheirie, 2018).

Assim, o coletivo e as práticas coletivas ressoam não apenas em cada integrante a partir da troca de experiências, das diferentes ideias e dos diálogos internos, como citado, mas também nas comunidades em que atuam, nas pessoas que compõem os territórios e na Musicoterapia como profissão, como disciplina e como ato político.

A participação nos coletivos trouxe para cada pessoa entrevistada uma experiência singular, que contribuiu e as afetou de diferentes maneiras. Isso fica evidente quando Cris expressa que a participação no coletivo ressoou “pro meu próprio crescimento enquanto musicoterapeuta e enquanto pessoa” (Cris, entrevista realizada em 28/8/23).

Não obstante, para Jaci, a participação foi importante para entender que a Musicoterapia não deve ficar restrita aos consultórios, pois “a Musicoterapia é como o ar, ela é livre. O objetivo dela é ajudar pessoas em qualquer lugar” (Jaci, entrevista realizada em 30/8/23), incentivando-a a aplicar os aprendizados da “Musicoterapia a céu aberto” (Jaci, entrevista realizada em 30/8/23) em diferentes contextos.

Ao propor uma “Musicoterapia a céu aberto”, há um tensionamento do estabelecido, possibilitando outras formas de atuação que superam as paredes institucionais e as estruturas que convencionalmente organizam a Musicoterapia. É essa ousadia de não a restringir, de não a limitar ao que está posto, que permite a criação e o trabalho em configurações outras, como a dos coletivos aqui apresentados. Essa mesma ousadia torna possível o(a) musicoterapeuta atuar junto às comunidades, levantar debates acerca da visibilidade das pessoas dos territórios, promover espaços para que as potencialidades e o protagonismo de cada um(a) sejam evidenciados.

Cris relatou que os debates realizados e mediados pelo fazer musical, promovidos pelo coletivo, proporcionou às mulheres reconhecerem

que estavam vivendo uma relação abusiva, seja com o seu cônjuge ou seja no aspecto familiar, (...) pelo fato de, por exemplo, não conseguir dizer não ou não conseguir mediar a necessidade do outro com a própria. E aí, todo esse processo musicoterapêutico auxilia elas nessa compreensão, nesse discernimento e nessa melhora com relação a como lidar com essas demandas, com relação a como se organizar no seu dia a dia para que não se sobrecarregassem (Cris, entrevista realizada em 28/8/23).

Não distante das questões que envolvem ser mulher, na fala de Joana evidencia-se como o coletivo “fomentou o fortalecimento de outros coletivos” (entrevista realizada em 28/9/23), quando conta que

a gente conseguiu também alcançar mulheres que nem conheciam esse espaço, que nunca tinham estado lá, e aí a gente conseguiu conectar essas mulheres, então mulheres que nunca tinham pensado em movimento social, em movimento de mulher e vão pra esse espaço por conta da vivência de Musicoterapia, e aí, através disso, conhece o espaço e fala: “caramba, isso aqui existe!”. E aí começa a se conectar (Joana, entrevista realizada em 28/9/23).

Cada encontro que foi pensado e realizado por cada coletivo permitiu vivenciar as afecções de forma singular – tanto para os(as) integrantes dos coletivos quanto para os(as) participan-

tes das práticas –, refletindo diretamente nos territórios e consequentemente na visibilidade e ampliação da Musicoterapia.

Os projetos iniciais dos coletivos geraram desdobramentos, levando à atuação em novos espaços e à contribuição com o campo teórico da Musicoterapia. O ColetivoMT criou um projeto secundário, chamado Biblioteca Itinerante Feminista, que circulava em diversos bairros no extremo sul da cidade de São Paulo, levando a temática de gênero e violência contra a mulher, como extensão dos encontros de Musicoterapia. Esse coletivo também produziu um artigo intitulado “Teleatendimento de Musicoterapia a um Grupo de Mulheres em Distanciamento Social” (Santana et al., 2021), resultado da experiência do coletivo em continuar os encontros de maneira remota durante a pandemia da covid-19.

O coletivo ReconstruSom captou imagens das vivências, produzindo um documentário com o intuito de divulgar o trabalho desenvolvido na comunidade e a Musicoterapia social e comunitária, no entanto decidiram não torná-lo público devido à perda de parte do material. Jaci e Sofia, por sua vez, contaram ter recebido convites para atuar em outras comunidades e também realizar atividades no Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo (Jaci, entrevista realizada em 30/8/23; Sofia, entrevista realizada em 19/9/23).

Joana, assim como as demais pessoas entrevistadas, destacou que “quando a gente começa a fazer essas ações, isso vai se desdobrando em outras coisas, então a gente começa a ser convidada para fazer ações em outros territórios” (Joana, entrevista realizada em 28/9/23), como na Zona Leste, por exemplo. Desse modo, os coletivos contribuíram para ampliar o reconhecimento da Musicoterapia nos territórios de atuação e nos seus entornos, chegando inclusive em equipamentos de saúde pública, que passaram a indicar os encontros de Musicoterapia para algumas pessoas:

já recebemos algumas pessoas que atendemos e foram indicadas por profissionais de CAPS¹, justamente por ser um trabalho de Musicoterapia, por ser um trabalho que essas pessoas de alguma forma tiveram um contato um pouco mais próximo e enxergaram o valor, reconheceram o valor, a importância e a potência que esse nosso trabalho oferecia (Cris, entrevista realizada em 18/8/23).

Cris ainda pontua que o trabalho na configuração de coletivo foi importante para que isso ocorresse, quando diz que “desenvolver os trabalhos enquanto coletivo deu muito mais força, deu muito mais suporte para que não só esse reconhecimento viesse, mas para que também esse serviço fosse feito com uma qualidade que possibilitasse essa maior amplitude na visibilidade” (Cris, entrevista realizada em 18/8/23).

Esses efeitos e desdobramentos que os coletivos tiveram mostram como essa configuração, essa forma de atuação, é possível e potente no Brasil, contribuindo também para o crescimento da profissão.

Ainda assim, tais reverberações não foram o suficiente para assegurar a continuidade das suas atividades, devido a impasses e tensionamentos com a realidade. Um dos motivos, citados por uma das pessoas entrevistadas, foi a pandemia da covid-19. No entanto, o que se repetiu nas falas de Cris, Joana e Jaci foi a organização pessoal dos(as) integrantes e a questão financeira. Como explica Joana:

Nós não somos mais estudantes e a gente agora precisa dar conta da nossa vida; e aí, o que a gente faz? E como nem todas as pessoas estavam indo para esse ramo,

isso também acho que foi um impasse assim. A gente está no começo e aí não tem uma coisa certa, a gente não tinha uma fonte de financiamento, então pra algumas pessoas também não fazia sentido por conta disso... A gente tenta fomento, a gente não consegue... Então no começo a gente consegue ter esse coletivo mais junto mesmo, todo mundo ali ativo coletivamente; e aí, com o tempo, foi gradativamente diminuindo... Quem estava sustentando era uma, duas pessoas e aí a gente pensou na hora “então, é isso! Tá chegando à conclusão disso. Não está mais com a característica de coletivo” (Joana, entrevista realizada em 28/9/23).

Como demonstrado pelos participantes, sem uma compensação financeira justa, muitos profissionais se veem obrigados a abandonar ou reduzir sua participação nos coletivos de musicoterapeutas, limitando a efetividade e a expansão do impacto das práticas. Tal cenário evidencia a necessidade urgente de se repensar os modelos de financiamento e apoio à Musicoterapia, para que ela possa ser sustentada de maneira efetiva e continuada, sem depender exclusivamente do esforço voluntário que, por sua natureza, é finito, conforme nota-se nas falas das pessoas entrevistadas. Ao contrário do ElaSom, que atuou de 2015 a 2017, o ColetivoMT foi contemplado por editais de fomento, o que lhes permitiu sustentar as atividades de 2015 até meados de 2020. Já o ReconstruSom teve, desde o início, a premissa de realizar um trabalho social, sem remuneração, e continua a fazer as práticas quando chamado, porém sem a participação de todos os integrantes iniciais.

É possível notar que instâncias da estrutura mercadológica, impostas pelo neoliberalismo, podem ter refletido nesses desfechos. A sociedade capitalista impõe uma pressão exacerbada para o consumo. Essa pressão muitas vezes leva o sujeito a colocar-se em uma posição produtivista, impulsionando-o a atender às mudanças incessantes impostas pelo mercado, moldando-o a desenvolver uma expertise pessoal que leva a gerir a própria carreira e impele “o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição” (Dardot, & Laval, 2016, p. 331).

Os coletivos e a Musicoterapia na perspectiva social e comunitária quebram a lógica en-simesmada que o neoliberalismo vem instituindo ao longo dos anos, pois permitem uma troca de experiências entre musicoterapeutas sobre uma mesma vivência e em perspectivas diferentes que não cabe no mercado da competição, mas que, por meio dos coletivos, culmina na construção conjunta do fazer musicoterápico, bem como nos seus efeitos e desdobramentos percorridos aqui. Por outro lado, é necessário refletir sobre como, além do trabalho voluntário, podemos garantir condições para que as práticas musicoterápicas possam se expandir e se consolidar de maneira justa, respeitando o valor do trabalho dos musicoterapeutas e o impacto social que suas ações geram.

6. Considerações Finais

A formação de coletivos de musicoterapeutas mostra-se como uma configuração de prática potente dentro da Musicoterapia, que carrega em si possibilidades e tensionamentos. A partir do encontro entre sujeitos, o Nós, e do compartilhamento de experiências, as pessoas integrantes dos coletivos se permitem escutar e dialogar entre elas, abarcando diversos olhares e percebendo as potencialidades dos(as) outros(as) e de si mesmas, potencializando as práticas musicoterápicas a partir das relações horizontalizadas.

O trabalho dos coletivos demonstrou relevância ao revelar que seus efeitos e desdobramentos transcendem os próprios integrantes e as pessoas com quem atuam nos territórios. Vai além, ao atuar dentro da perspectiva social e comunitária, rompe barreiras e ressoa no espaço circundante e, conseqüentemente, na Musicoterapia, contribuindo na construção e visibilidade da profissão, apresentando-se também como ato político, desafiando a lógica mercadológica e os modelos convencionais de Musicoterapia, e abrindo espaço para o sentimento de pertencimento, afecções e experiências.

Contudo, apesar do impacto positivo observado, uma questão crucial que se coloca para a continuidade e expansão desses coletivos é a sua sustentabilidade financeira. As entrevistas realizadas neste estudo evidenciam que a falta de recursos adequados tem sido um dos maiores desafios enfrentados por esses grupos, comprometendo a manutenção dos coletivos e a continuidade das práticas musicoterapêuticas junto às comunidades. A predominância de um modelo econômico neoliberal, voltado para o consumo, coloca a musicoterapia em um lugar de vulnerabilidade, onde as condições de trabalho não são reconhecidas de forma justa.

Em contrapartida, a configuração coletivo permite, entre os(as) integrantes, mostrar-se vulnerável, compartilhar seus anseios, aprender uns(umas) com os(as) outros(as), abrindo-se a diferentes perspectivas, diálogos e práticas em Musicoterapia, permitindo, a partir disso, uma construção conjunta e compartilhada da atuação. O coletivo gera tensionamentos que abrem espaço para debates e contraposições em tantos aspectos, revelando exatamente nisso a sua potência.

É a partir do dissenso que se torna possível, como afirma Rancière (2012, p. 49), “reconfigurar a paisagem do perceptível e do pensável e modificar o território do possível”, ampliando as formas de fazer e pensar a Musicoterapia. Acreditamos nessa Musicoterapia que promove tensionamentos, que é construída junto às pessoas e não se limita ao estabelecido, uma “Musicoterapia a céu aberto”.

¹Centro de Apoio Psicossocial.

7. Referências

- Arndt, A. D., Cunha, R., & Volpi, S. (2016). Aspectos da prática musicoterapêutica: Contexto social e comunitário em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 387–395. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p387>
- Arndt, Andressa Dias & Maheirie, Kátia (2020). Musicoterapia social e comunitária: ações coletivas em pauta. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(2), 1-15. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200013&lng=pt&nrm=iso
- Arndt, Andressa Dias & Maheirie, Kátia (2021). Musicoterapia social e comunitária e processos de subjetivação política. *Psicologia & Sociedade*, 33, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33235846>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Chagas, M., & Pedro, R. (2009). Musicoterapia: *Desafios entre a modernidade e a contemporaneidade*. Mauad X.
- Cunha, R. (2016). Musicoterapia social e comunitária: Uma organização crítica de conceitos. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, 21, 93–116. <https://musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/68>
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Franco, F., Castro, J. C. L., Manzi, R., Safatle, V., & Afshar, Y. (2021). O sujeito e a ordem do mercado: Gênese teórica do neoliberalismo. In V. Safatle, N. Silva, & C. Dunker (Eds.), *Neoliberalismo como gestão de sofrimento psíquico* (pp. 47–75). Autêntica.
- Groff, A. R. (2015). *Entre vozes e linguagens para enunciar a violência: Análise dialógica de uma experiência de formação continuada para professores/as* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135119>
- Lane, S., & Codo, W. (Eds.). (1985). *Psicologia social: O homem em movimento*. Brasiliense.
- Leinig, C. E. (1977). *Tratado de musicoterapia*. Sobral.
- Leitão, C. (2021). A entrevista como instrumento de pesquisa científica em informática na educação: Planejamento, execução e análise. In M. Pimentel, & E. Santos (Eds.), *Metodologia de pesquisa científica em informática na educação: Abordagem qualitativa* (pp. 1–28). SBC.
- Maheirie, K. (2018). Questões teóricas e empíricas pautadas na dialética inclusão-exclusão social. In B. B. Sawaia, R. Albuquerque, & F. R. Busnello (Eds.), *Afeto & comum: Reflexões sobre a práxis psicossocial* (pp. 11–16). Alexa Cultural.
- Pavlicevic, M., & Ansdell, G. (2004). *Community music therapy: Culture, care and welfare*. Jessica Kingsley Publishers.
- Rancière, J. (1996). O dissenso. In A. Novaes (Ed.), *Crise da razão* (pp. 367–382). Companhia das Letras.
- Rancière, J. (2010a). O efeito de realidade e a política da ficção. *Novos Estudos CEBRAP*, 86, 75–80. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100004>
- Rancière, J. (2010b). A poética do saber. Sobre os nomes da história. *Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas*, 2(15), 033–043. <https://doi.org/10.5965/1414573102152010033>
- Rancière, J. (2012). *O espectador emancipado* (I. C. Benedetti, Trad.). WMF Martins Fontes. (Obra original publicado em 2008)
- Rancière, J. (2014). *El método de la igualdad: Conversaciones con Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan* (P. I. Betesh, Trad.). Nueva Visión.
- Santana, D., Lelis, V., Tigre, W., & Cândido, E. (2021). Teleatendimento de musicoterapia a um grupo de mulheres em distanciamento social. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, 2(29), 20–35. <https://doi.org/10.51914/brjmt.29.2020.83>
- Sawaia, B. B. (2000). A emoção como locus de produção do conhecimento: Uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa. In Universidade Estadual de Campinas (Ed.), *Anais da III Conferência de pesquisa sócio-cultural*. <https://pt.scribd.com/document->

t/38652486/A-emocao-como-locus-de-producao-do-conhecimento-Uma-reflexao-inspirada-em-Vygotsky-e-no-seu-dialogo-com-Espinosa

Sawaia, B. B. (2012). Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. de F. Campos (Ed.), *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 35–53). Vozes.

Sawaia, B. B. (2018). Questões teóricas e empíricas pautadas na dialética inclusão-exclusão social. In B. B. Sawaia, R. Albuquerque, & F. R. Busnello (Eds.), *Afeto & comum: Reflexões sobre a práxis psicossocial* (pp. 29–38). Alexa Cultural.

Spinoza, B. (2013). *Ética* (T. Tadeu, Trad.). Autêntica. (Obra original publicada em 1663)

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203–220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

LAÍS DAMETTO PINGUELLO

<https://orcid.org/0009-0002-1492-9657>

Musicoterapeuta. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis/SC, Brasil.

E-mail: lais.pinguello@gmail.com

ANDRESSA DIAS ARNDT

<https://orcid.org/0000-0002-9898-5084>

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Trabalha como professora adjunta na Universidade Estadual do Paraná Campus de Curitiba II no Bacharelado em Musicoterapia. É docente no Programa de Pós-Graduação em Música (PPGMUS) da UNESPAR, Curitiba/PR, Brasil.

E-mail: andressa.arndt@ies.unespar.edu.br

Histórico	Submissão: 22/6/2024 Revisão: 02/12/2024 Aceite: 07/04/ 2025
Editoria científica	Dra. Anna Paula Uziel
Contribuição dos autores	Conceitualização: LDP; ADA. Análise formal: LDP; ADA. Metodologia: LDP. Escrita original: LDP. Escrita – revisão e edição: LDP; ADA.
Financiamento	Pesquisa financiada pelas autoras.
Consentimento de uso de imagem	Foi obtido o consentimento escrito escrito dos participantes a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Autorização de Uso de Imagem e Som de Voz.
Aprovação, ética e consentimento	A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Paraná sob o parecer nº 6.223.823.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conjuntos de dados utilizados ou analisados durante o estudo atual estão disponíveis junto ao autor correspondente mediante solicitação razoável